

EDITORIAL DE JUNHO/2020:

**INTEGRAÇÃO CURRICULAR NO NOVO ENSINO MÉDIO:  
entre o “novo” e o “mais do mesmo”**

Nas últimas décadas difundiu-se como tendência no campo educacional a compreensão de que, para efetivar uma formação de perspectiva integral, se faz necessário construir um currículo que mobilize os conhecimentos para além das suas tradicionais fronteiras disciplinares.

Com isso, multiplicaram-se as críticas às pedagogias convencionais de ensino, que recortam e isolam os conhecimentos, reduzem o complexo ao simples, separam o que estava integrado e eliminam a historicidade e as contradições de sua produção. Um dos principais porta-vozes do pensamento complexo, o francês Edgar Morin, propôs, inversamente, o desenvolvimento de um “pensamento ecologizante”, que contextualize todo acontecimento, informação ou conhecimento com seu entorno cultural, social, econômico, político e natural.

Morin denunciou a inadequação existente entre o aparecimento de problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais e planetários que são analisados por áreas fragmentadas em disciplinas. Alertou, também, que o principal desafio não é transpor as fronteiras disciplinares, mas em como transformar aquilo que gera essas fronteiras: os princípios organizadores do conhecimento.

Por outra parte, tais proposições se coadunaram com as novas configurações identitárias das gerações contemporâneas as quais, impactadas pela cultura digital e à virtualidade das relações sociais, vem requerendo processos de aprender, ensinar, pesquisar, investigar e avaliar de modo mais sistêmico. Sem desconsiderar a profunda desigualdade social e de acesso às tecnologias de comunicação e informação, a maioria das crianças, adolescentes e jovens atuais processam a informação com rapidez, realizam processos paralelos e várias tarefas ao mesmo tempo, movendo-se por uma lógica cognitiva não linear.

Estes sujeitos vêm demandando não somente a incorporação de recursos tecnológicos e digitais em seus processos de aprendizagem e desenvolvimento – tal como o que a pandemia forçosamente provocou – mas outras lógicas de organização curricular e distintos métodos didático-pedagógicos, a partir de uma abordagem mais integrada dos conhecimentos escolares.

Na Educação Básica, isso implica não só a ampliação e diversificação dos tempos e espaços curriculares para a construção de percursos formativos abertos e contextualizados, mas a assunção de uma perspectiva interdisciplinar do trabalho pedagógico. Neste esforço, as *DCN Gerais para a*

*Educação Básica*, estabelecidas pelo MEC em 2010, indicaram a organização curricular por áreas de conhecimento e estimularam o uso de variadas possibilidades pedagógicas de organização e diversificação dos currículos escolares, de modo a melhor atender as características dos estudantes e as demandas dos contextos sociais contemporâneos.

Nesta perspectiva, as *DCN do Ensino Médio*, atualizadas em 2018, preveem um tratamento metodológico que articule diferentes campos de saber, contemplando vivências práticas e uma maior vinculação da educação escolar com o mundo do trabalho. Estabelecem que a formação geral básica se constitua como um “todo indissociável” por meio de quatro áreas de conhecimento: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; e IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

Assumindo uma organização curricular por áreas do conhecimento, as DNC intentam fortalecer as relações entre os saberes e a sua contextualização, para melhor apreensão e intervenção na realidade, requerendo planejamento coletivo de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

Neste entendimento, a *Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM)* estabeleceu um conjunto de competências e habilidades para as quatro áreas de conhecimento supracitadas, aglutinando estudos e práticas dos distintos componentes curriculares existentes, porém sem demarcar fronteiras disciplinares entre eles. Ao mesmo tempo, sugeriu que tais estudos e práticas devem ser tratados de forma contextualizada e interdisciplinar, podendo ser desenvolvidos por projetos, oficinas, laboratórios, dentre outras estratégias de ensino-aprendizagem, que superem o trabalho isolado em componentes curriculares.

Contudo, a despeito disso, grande parte dos sistemas de ensino, a exemplo da rede estadual de Santa Catarina, manteve a organização disciplinar tradicional no currículo do Novo Ensino Médio, como se pode verificar nas três matrizes curriculares propostas, cada uma respectivamente com 31, 35 ou 50 horas-aulas semanais.

Na tentativa de superar a contradição, no *Caderno de Orientações para a Implementação do Novo Ensino Médio*, a SED fixou horas-semanais de “planejamento por área de conhecimento”, que consistem em reuniões semanais entre professores de componentes que integram uma mesma área, para que possam planejar práticas integradas entre si.

Face ao exposto, registro algumas questões para reflexão e debate:

A manutenção da organização disciplinar do currículo assegurará as competências específicas de cada área de conhecimento previstas na BNCC?

O conjunto de docentes do Novo Ensino Médio, cada qual especialista em um componente curricular – supondo que todos sejam habilitados, o que de longe não é realidade em Santa Catarina

OEMESC	Editorial mensal	<a href="http://www.udesc.br/ensinomedioemsc">http://www.udesc.br/ensinomedioemsc</a>	Jun. 2020
--------	------------------	---	-----------

– conseguirão transcender aos limites disciplinares e reconhecerem-se como “área” sem antes participarem de processos sistemáticos de formação continuada que lhes assegurem conhecimentos inter/transdisciplinares?

Até quando as instituições de ensino superior continuarão a formar disciplinarmente docentes para atuarem em currículos pretensamente integrados e interdisciplinares?

Enfim, não se está usando o adjetivo “novo” para encobrir a perpetuação de currículos e práticas “velhas”?

Creio que estas questões são fundamentais para refletir as contradições dos processos em curso e para desnudar o binarismo discursivo do “novo” que se contrapõe ao “velho”, mas que na prática efetivamente reproduz o “mais do mesmo”.

**Prof. Elcio Cecchetti**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

Pesquisador OEMESC

OEMESC	Editorial mensal	<a href="http://www.udesc.br/ensinomedioemsc">http://www.udesc.br/ensinomedioemsc</a>	Jun. 2020
--------	------------------	---	-----------